

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
ATA DA 56ª REUNIÃO

4 Data: 12 de fevereiro de 2007

5 Local: CENTRE/IBAMA, Setor de Autarquias Sul-SAS, quadra 5, lote 5, bloco H, sala nº 611, 6º andar, Brasília - DF.

7 PARTICIPANTES:

- 8 • Ministério do Meio Ambiente – SRH Julio Thadeu Silva Kettelhut
9 (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- 10 • Ministério do Meio Ambiente – ANA: Flávio Hadler Troger (troger@ana.gov.br);
- 11 • Ministério dos Transportes – MT: Fred Crawford Prado
12 (fred.crawford@transportes.gov.br);
- 13 • Ministério da Saúde – MS: Jailma Marinho Bezerra de Oliveira
14 (jailma.oliveira@funasa.gov.br);
- 15 • Ministério das Cidades – MC: Fernando Mesquita de Carvalho Filho
16 (fernando.filho@cidades);
- 17 • Ministério da Integração Nacional – MI: Paulo Roberto Soares Jr.
18 (paulojunior@yahoo.com.br);
- 19 • Ministério da Defesa – MD: Marco Aurélio Guimarães (adj3saei1@eme.eb.mil.br);
- 20 • Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT: ausente;
- 21 • Ministério de Minas e Energia – MME: Ênio Bocorny (bocorny@mme.gov.br);
- 22 • Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: ausente;
- 23 • Conselhos Estaduais – DF/GO: ausente;
- 24 • Setor Hidroviário: ausente;
- 25 • Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Valdeci Goulart
26 (valdeci.goulart@aes.com);
- 27 • Comitês de Bacias Hidrográficas: Luiz Fernando Cybis (lfcybis@uol.com.br);
- 28 • Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Sílvia Freedman Ruas
29 Durães (silviaruas@redelago.com.br);
- 30 • Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Marco Aurélio Holanda de Castro
31 (marco@ufc.br);
- 32 • Organizações Não Governamentais: Laura Jesus de Moura de Moura e Costa
33 (laurajmc.ae@gmail.com).

34 CONVIDADOS:

- 35 • Adair Divino da Silva – Prefeito Municipal de Três Marias/MG;
- 36 • Andrea Figueiredo – MME (andrea@mme.gov.br);
- 37 • Chris Mosehi – Water Resource Planning South Africa;
- 38 • Eduardo de Freitas Madeira – MME (madeira@mme.gov.br);
- 39 • Humberto dos Santos Moraes – ELETRONORTE (humberto@eln.gov.br);
- 40 • João Clímaco Soares Mendonça Filho – ONG;
- 41 • Martha Regina Von Bostel Sugai – COPEL (martha.sugai@copel.com);
- 42 • Refilae Malai - Water Resource Planning South Africa;
- 43 • Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- 44 • Rogério Cesar Silva – MP/GO (rogerio.silva@mp.go.gov.br).

45 RELATORIA:

- 46 • Aureliano Cesar Martins Silva – SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

47 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

48 **Item 1 – Abertura.** O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTAP, iniciou os
 49 trabalhos da 56ª Reunião às 14h45. Cumprimentou e desejou boas-vindas a todos. Informou sobre a
 50 próxima reunião, nos dias 19, 20 e 21 de março, cuja pauta seria dedicada integralmente à Oficina

51 para o Detalhamento dos Programas do PNRH, com a realização de reunião conjunta de todas as
52 câmaras técnicas do CNRH. Anunciou a participação da Delegação Sul Africana de Recursos
53 Hídricos, com a presença de Chris Mosehi e Refilae Malai, Diretores do “*Water Resource Planning*
54 *South Africa*”, que assistiriam à reunião para melhor conhecer o funcionamento de uma câmara
55 técnica do CNRH e do Prefeito Municipal de Três Marias/MG, Presidente do Consórcio dos
56 Municípios do Lago de Três Marias – COMLAGO, concedendo-lhe a palavra. O Sr. Adair Divino
57 da Silva (COMLAGO) divulgou a realização, no dia 15/02, do evento “A Força da Integração
58 Pública para o Desenvolvimento Sustentável”, distribuiu folders, cartazes, programas e convites a
59 todos os participantes da CTAP. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou para o **Item 2**
60 da pauta. Solicitou a auto-apresentação dos membros, recentemente indicados, para o período
61 01/02/2007 a 31/01/2009 e agradeceu a todos pela presença. Prosseguiu ao **Item 3 – Eleição do**
62 **Presidente**, para o período 01/02/2007 a 31/01/2008 e abriu a palavra aos membros para
63 lançamento de candidaturas. O Sr. Ênio Bocorny (MME) propôs a recondução do atual Presidente
64 para mais um mandato e a proposta foi aprovada por aclamação. O Sr. João Clímaco Soares (ONG)
65 declarou o apoio à proposta destacando a isenção e imparcialidade do Presidente na condução dos
66 trabalhos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a todos pelo reconhecimento ao
67 trabalho desenvolvido e pela confiança depositada, destacando o ambiente de colaboração existente
68 na CTAP. Passou então ao **Item 4 – Aprovação da ata da 55ª Reunião CTAP**. A Sra. Laura Jesus
69 de Moura (ONG), a pedido da Sra. Lisiane Becker (ONG), solicitou modificações de redação nas
70 linhas 54 a 59 e 132, encaminhando o texto à mesa, após a sua leitura. A Sra. Martha Sugai
71 (COPEL) apontou erros de digitação nas linhas 100, 101, 114, 115, 126, 129, 132, 163 e 181 e
72 também encaminhou as observações à mesa. Não havendo mais manifestações, o Sr. Julio Thadeu
73 Kettelhut (SRH/MMA) considerou a Ata da 55ª Reunião da CTAP aprovada com as alterações
74 solicitadas. O Sr. João Clímaco Soares (ONG) propôs a inversão de pauta entre os itens 5 e 6. Não
75 havendo objeções o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou ao **Item 6 – Discussão e**
76 **encaminhamento do Ofício 0191/2112** e concedeu a palavra ao Sr. João Clímaco Soares (ONG)
77 para o apresentação do assunto. O Sr. João Clímaco Soares (ONG) esclareceu que a proposta visaria
78 a criação de um grupo de trabalho, no âmbito do CNRH, para o acompanhar, monitor, avaliar e
79 sugerir providências necessárias na bacia do rio dos Sinos. Justificou o pleito, encaminhado no auge
80 da crise de decorrente do lançamento de efluentes, porque houve uma demanda para se dar mais
81 clareza e transparência às respostas apresentadas à sociedade. Citou os graves problemas sócio
82 ambientais divulgados pela imprensa, como fatores negativos que trouxeram intranquilidade à
83 população, pelos efeitos danosos a saúde, que atestariam a incapacidade do sistema de acompanhar
84 e prever tais acontecimentos. Considerou a iniciativa como nova porque dignificaria o trabalho do
85 Conselho e suas câmaras técnicas, além de valorizar o papel da Secretaria de Recursos Hídricos, no
86 sentido de colaborar com o comitê da bacia e com o conselho estadual, sem prejuízo à atuação em
87 nível estadual e local, bem como à atuação integrada dessas instâncias com o Poder Público
88 Federal. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) considerou o assunto importante e lembrou que
89 o comitê do rio dos Sinos, o mais antigo do País, foi criado por conta desse problema. Relatou sua
90 visita à região, quando constatou que esse problema vem se arrastando há 50 anos. Julgou o
91 momento oportuno para uma mudança de paradigma, porque essa questão ultrapassaria a ação do
92 governo, tanto federal quanto estadual. Informou que o comitê estaria atuando por meio de seu
93 grupo de trabalho. Sugeriu como atitude a ser tomada na CTAP o convite aos responsáveis para
94 uma apresentação sobre a situação local e a partir daí definir qual seria o procedimento mais
95 adequado a ser adotado. O Sr. Luiz Fernando Cybis (Comitês) considerou a criação desse grupo na
96 CTAP pouco eficaz, pois não alteraria em nada a situação. Disse que o destaque dado a essa bacia
97 deveu-se à gravidade do problema, ao apoio da SEMA e do próprio Fórum, que instituíram um
98 grupo de trabalho permanente, com a participação dos setores envolvidos, inclusive a sociedade -
99 “*tipo gabinete de crise*” - para tratar desse assunto e apresentar respostas mais enfáticas. Esclareceu
100 que como coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias Hidrográficas tem conhecimento de

101 diversos problemas, como a salinização devida à operação equivocada da eclusa no rio Pelotas, em
 102 diversas bacias hidrográficas do estado, como a dos rios Guaíba, Tramandaí e não somente na do rio
 103 dos Sinos. Destacou entre as conclusões do Fórum Gaúcho a de que o sistema estadual não estaria
 104 implantado, com o Plano Estadual ainda em início de elaboração, a ausência dos instrumentos e dos
 105 planos de bacia. Solicitou ao Sr. João Clímaco Soares (ONG) a sensibilidade e o entendimento de
 106 que a necessidade maior seria estimular a implementação do Sistema Estadual de Recursos
 107 Hídricos. Considerou importante uma ação nesse sentido, em relação ao rio dos Sinos, mas
 108 advertiram para se tomar o devido cuidado para não se esquecer as demais bacias do estado, porque
 109 o efeito poderia ser inverso e dificultar ainda mais a implementação do sistema estadual. A Sra.
 110 Laura Jesus de Moura (ONG) reportou-se à última reunião planária do CNRH e a apresentação do
 111 Projeto Nossa Vida que trata do monitoramento do rio dos Sinos. Afirmou que em sua percepção
 112 não haveria respeito e obediência à legislação existente, por parte das indústrias e dos empresários.
 113 Sugeriu enviar correspondência ou agendar uma visita técnica à região, com o objetivo de forçar o
 114 empresariado local a assumir um compromisso sério, independentemente da implementação do
 115 sistema ou do plano de bacia. O Sr. Luiz Fernando Cybis (Comitês) solicitou aparte e esclareceu
 116 que os infratores autuados por estarem fora dos padrões licenciados seriam quatro ou cinco,
 117 enquanto os usuários da bacia seriam mais de cinquenta, pressupostamente todos licenciados.
 118 Concluiu que faltaria à FEPAM no processo de licenciamento, por falta de ferramental, a avaliação
 119 integrada da bacia e não pontual de cada empreendimento. O Sr. Valdeci Goulart (Concessionárias)
 120 apoiou a sugestão de convite aos órgãos locais para uma apresentação do seu conhecimento e de
 121 suas informações sobre o assunto, para posterior definição e encaminhamento da proposta. O Sr.
 122 João Clímaco Soares (ONG) enfatizou que sua motivação e desejo, enquanto representante da
 123 sociedade, seria buscar a implantação de um sistema forte, eficaz e eficiente. Concordou com todas
 124 as sugestões de fortalecimento do sistema, entretanto considerou a sociedade vítima do processo,
 125 porque esse sistema teria se revelado insuficiente para operar mecanismos para a solução dos
 126 problemas. Afirmou que a intenção da proposta seria o de respeitar o direito sócio ambiental das
 127 pessoas, porque existiria desrespeito à lei e ao sistema por ela instituído. Disse que já estaria na hora
 128 de abandonar a condição de um sistema promotor de eventos, porque suas deliberações não
 129 chegariam à beira do rio e apresentar uma resposta concreta à sociedade. Concordou com as
 130 propostas apresentadas, a serem consideradas em primeiro plano, com o convite para apresentação
 131 da situação na CTAP e a seguir criar-se-ia o grupo de acompanhamento e monitoramento das ações
 132 realizadas. A Sra. Silvia Freedman (Consórcios) observou que não poderíamos desconsiderar a
 133 existência da legislação e do sistema, com competências estabelecidas em cada instância. Julgou
 134 que a criação de um grupo de trabalho na esfera federal não iria resolver os problemas locais, além
 135 de representar uma intervenção ou interferência nas entidades estaduais e locais. Citou como
 136 exemplo, problema semelhante com mortandade de peixes, vivido no Lago de Três Marias
 137 resolvido na instância local com o apoio dos órgãos superiores e concordou com a sugestão de
 138 apoio a implementação do sistema estadual. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) entendeu que o
 139 objetivo maior seria o fortalecimento do sistema, o que não significaria uma atitude direta nos
 140 locais, sem desmerecer a importância do rio dos Sinos. Parafraseando a declaração da Ministra
 141 Helen Grace, disse que não seria oportuno discutir no calor das emoções de um evento, como
 142 políticas públicas de recursos hídricos decorrentes da mortandade de peixes, porque isso tudo
 143 estaria incluído num contexto maior de aplicação e implementação no estado, com a capilaridade
 144 que o sistema permite. Sobre a mortandade ocorrida no sul, disse que deveríamos tomar cuidado na
 145 análise, porque anomalias climáticas, como secas intensas, têm diminuído consideravelmente as
 146 vazões, operação errada de eclusas com permissão de intrusão de cunhas salinas, sem querer
 147 justificar o lançamento de efluentes alterariam a capacidade suporte mencionada no respectivo
 148 licenciamento. Afirmou que devido a esses fatores, mesmo que o lançamento de efluentes estivesse
 149 dentro dos valores previstos no licenciamento poderia ocasionar a mesma mortandade de peixes em
 150 função da capacidade suporte reduzida. O Sr. João Clímaco disse que seria o momento de

151 desmistificar essa polarização federal/estadual. Reafirmou sua intenção de promover a integração
152 entre o CNRH e os demais órgãos do País e que Brasília deveria ser o depositário dos problemas
153 que acontecem no País. Reportou-se ao início da implementação do SINGREH para lembrar o
154 entusiasmo de seus integrantes, entre os quais se incluiu, com novo modelo proposto que
155 contemplaria a sociedade com a participação dos movimentos sociais. Todavia observou que alguns
156 se entusiasmaram demais e passaram a ver o sistema como um fim para si mesmo, a tomar decisões
157 e adotar medidas burocráticas, ao contrário do seu pensamento que considera a sociedade como fim.
158 Disse que com esse raciocínio não pretenderia polarizar e criar uma hierarquia para impor situação,
159 porque tanto o CNRH quanto os CERH e CBH são entes integrantes do sistema. A idéia seria
160 mostrar o lado positivo do CNRH, com uma nova forma de atuar, junto aos CERH e aos CBH, a
161 fim de resolver os problemas, com a sociedade tomando conhecimento dos resultados. Concordou
162 com a proposta de fortalecimento na implementação do sistema estadual e ratificou sua posição
163 contrária a essa polarização, mas de uma atuação integrada entre esses entes, com pedido de
164 informações ao grupo local, dentro da autonomia legal, institucional e estatutária que o CNRH
165 possui. O Sr. Fred (MT) esclareceu que pediu a palavra por dois motivos: primeiro, o Setor
166 Navegação não pode ser responsabilizado pela salinização da Lagoa Mirim, referindo-se à menção
167 de que teria havido uma operação equivocada na eclusa do Canal de São Gonçalo (Barragem de
168 Santa Bárbara), pois se trata de uma barragem de alças projetada e construída pela extinta autarquia
169 federal Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS, exatamente para evitar a intrusão
170 de cunha salina na Lagoa Mirim, pela operação das citadas alças. Se houve operação equivocada,
171 certamente foi no içamento das alças de tal barragem e não na operação da eclusa. Se há
172 responsabilidades a serem apuradas, elas devem ser verificadas junto à Universidade Federal de
173 Pelotas, a quem cabe a operação dessa barragem e de sua eclusa; segundo, ainda sobre intrusão
174 salina na Lagoa Mirim, antes de falarmos em operações equivocadas da Barragem de Santa
175 Bárbara, deveremos verificar se as outorgas de uso de recursos hídricos na Lagoa Mirim e as regras
176 de operação das alças de tal barragem seguem *pari passu*, pois a diminuição de vazão de água doce
177 favorece a aludida intrusão salina. A Sra. Laura Jesus de Moura (ONG) avaliou que numa análise
178 científica ficaria fácil deduzir que o problema não seria climático e que as consequências do clima
179 refletem as ações do homem, como geração de gás e destruição das matas e dos recursos hídricos,
180 motivo pelo qual não deveríamos culpar “*São Pedro*” pela seca ou pelo aquecimento global. A
181 análise deveria ser fria e buscar os responsáveis, que nesse caso específico do rio dos Sinos
182 comprovaria o lançamento de efluentes, independentemente de clima, conforme apresentação na
183 última reunião do CNRH. Disse que deveríamos exigir o cumprimento da Lei, sem flexibilização,
184 sob pena de não corrigir os problemas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) retomou a
185 palavra para o encaminhamento do assunto, consensado em convidar os representantes locais e
186 estaduais para a apresentação da situação. O Sr. João Clímaco Soares (ONG) solicitou orientação
187 sobre a possibilidade dos membros da sociedade civil agendarem uma visita à região, como
188 representantes da CTAP. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) esclareceu que as câmaras
189 técnicas, assim como o CNRH, são órgãos colegiados e não possuem representantes. Concordou
190 com a visita espontânea de cada interessado, para enriquecer o conhecimento sobre a situação local
191 e melhor contribuir no debate desse assunto na próxima reunião, mas como membro da câmara
192 técnica. Na discussão de quais seriam os convidados, foi lembrado que o MP/RS realizou
193 recentemente um evento sobre esse tema, sob a coordenação da procuradora Sílvia Capeli que
194 poderia ser convidada, além de outros vários nomes citados, o que levou o Sr. Julio Thadeu
195 Kettelhut (SRH/MMA) a solicitar apoio ao Sr. Luiz Fernando Cybis (Comitês) na indicação dos
196 nomes das instituições, bem como de seus dirigentes, para a emissão do convite. Concluído o
197 assunto, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou ao **Item 5 – Discussão das**
198 **contribuições para a elaboração do Documento Básico e da proposta de resolução sobre**
199 **Vazão Ecológica**. Informou sobre o grupo formado pelos senhores Roberto Monteiro (SRH/MMA),
200 Joaquim Gondim (ANA) e Sérgio Canella (Concessionárias) para redigir o documento básico e a

201 proposta de resolução e concedeu a palavra ao Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) para apresentar a
202 primeira versão da proposta de resolução. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) esclareceu que no
203 grupo de redação haveria certa convergência, em termos conceituais, quanto à dificuldade de
204 abordagem do tema vazões ecológicas, pelas suas diversas interações que remeteriam a
205 competência do assunto ao setor ambiental, responsável pela definição dessas variações ecológicas
206 propriamente ditas. Aos órgãos gestores de recursos hídricos, disse que caberia a necessidade de
207 estabelecer algo que contemple essa vazão ecológica, além da vazão mínima necessária ao
208 atendimento dos múltiplos usos, como calado para navegação, manutenção da vida dos cardumes e
209 outros que necessitem de critérios mínimos. Então, prosseguiu, até mesmo quanto ao conceito de
210 vazão que desejamos ainda existem algumas dúvidas, ou melhor, a certeza de que a expressão mais
211 adequada não seria vazão ecológica, mas o de vazão de referência, a ser arbitrada politicamente
212 pelo respectivo comitê, independentemente do critério utilizado, Q7.10, Q95, ou Q90, ou seja
213 aquela vazão de garantia de disponibilidade hídrica, da qual seria subtraída a vazão remanescente
214 mínima que atenda aos usos que requerem características mínimas. Disse que a pretensão seria
215 obter essa vazão remanescente mínima que englobe todos esses conceitos, a menos que estudos
216 específicos determinem valores de vazão ecológica superiores aos estabelecidos, de modo que a
217 diferença entre os valores de vazão remanescente e vazão de referência represente o valor da vazão
218 a ser alocada. Enfatizou que esse foi o enfoque dado à proposta de resolução apresentada, devido à
219 necessidade de estabelecimento de uma linha de corte mínima que atenda aos múltiplos usos e não a
220 de definição da vazão ecológica propriamente dita. O Sr. Ênio Bocorny (MME) relatou os
221 principais problemas encontrados na análise do documento. A proposta atribui aos órgãos gestores
222 de recursos hídricos a competência para definir as vazões, que em sua opinião não poderia ser
223 sugerido pela CTAP, porque não seria seu papel, além de confundir com a legislação existente que
224 já define essas competências. Outro ponto seria a possibilidade de alterar os valores estabelecidos
225 de acordo com as necessidades que contraria a política atual de estabelecer regras claras e
226 transparentes, proporcionando ao empresário a garantia necessária para investir no
227 empreendimento. A Sra. Andrea Figueiredo (MME) inicialmente confirmou com o Sr. Roberto
228 Monteiro (SRH/MMA) o seu entendimento de que a vazão remanescente incluiria a vazão
229 ecológica. Isto posto, afirmou que atualmente no processo do licenciamento ambiental para o setor
230 elétrico há necessidade da reserva de disponibilidade hídrica, que já prevê esse ponto, para a
231 emissão da LP e na forma apresentada poderia acontecer a paralisação, porque criaria a necessidade
232 de um depender do outro. O Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP) reportou-se às apresentações
233 técnico-científicas ocorridas nas reuniões anteriores da CTAP, inclusive a sua, quando formou-se o
234 consenso sobre a impossibilidade de se definir o que seria vazão ecológica de maneira genérica,
235 bem como uma fórmula de cálculo para todo o Brasil. Considerou que poderiam haver muitos
236 pontos de discussão sobre o tema, exceto esse ponto básico que nortearia toda a discussão.
237 Exemplificou, questionando como aplicar uma fórmula como a Q7.10, Q90 ou Q95 em rios
238 artificialmente perenes e intermitentes do semi-árido nordestino ou como aplicá-las nas questões de
239 quantidade e qualidade nos rios com poluição constatada, da Região Centro Sul, com necessidade
240 de cálculo da vazão de diluição. Questionou também a falta de orientação de como o órgão gestor
241 deveria tratar o problema e não simplesmente delegar-lhe a competência sem a exigência de
242 elaboração de estudos básicos para isso. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou tratar-
243 se da primeira versão da proposta de resolução, cujo objetivo seria exatamente receber as
244 contribuições de todos. A Sra. Laura Jesus de Moura (ONG) esclareceu que sua primeira
245 participação na CTAP, sobre esse tema, teria ocorrido na reunião em Vila Velha-ES e que tem
246 dividido essa participação com a Sra. Lisiane Becker (ONG) que lhe solicitara o encaminhamento das
247 seguintes observações. A proposta de resolução não contemplou a discussão técnica ocorrida nas
248 reuniões da câmara técnica, no sentido de criar mecanismos eficientes e definir os critérios a serem
249 adotados pelos outorgantes. Não foram observadas a aplicabilidade do conceito jurídico, a
250 determinação das atribuições dos órgãos e entidades envolvidas, a competência formal da União em

251 legislar sobre água, a importância dos planos de bacia, a participação pública nessa gestão, a
252 inserção dos conceitos de meio ambiente natural, artificial, social e cultural, assim como
253 metodologias e opções políticas sugeridas pela Sra. Eldis Camargo (ANA) em sua apresentação.
254 Na análise item a item da proposta observou a falta de definição do objetivo a ser alcançado. Não
255 conseguiu identificar para qual empreendimento estaria direcionada, se uma barragem hidrelétrica
256 ou qualquer outro. Nos considerandos existiria redundância de conceitos como ecológico e
257 ambiental que deveriam ser corrigidos. Não ficou claro quais requisitos ambientais deveriam ser
258 atendidos no conceito de vazão ecológica. Na referência da vazão mínima para proteção de
259 ictiofauna e piracema não considerou outras implicações, como no caso de imprevistos, que
260 deveriam ser consideradas para garantir a vida nesses períodos. Questionou também os casos de
261 suspensão da licença ambiental e da outorga por não incluir entre as causas *quando estiver em*
262 *desacordo com a finalidade prevista no processo*. Disse que ainda há muito que se trabalhar, porque
263 na forma apresentada a proposta não refletiria o acúmulo de conhecimentos existente na câmara
264 técnica. Prosseguindo o debate, o Sr. Julio Thadeu lembrou tratar-se da primeira versão, aberta
265 aos comentários gerais, sugestões e críticas para o seu aperfeiçoamento. Ponderou sobre as
266 dificuldades para se encontrar uma equação para a definição da vazão - ecológica, remanescente ou
267 mínima - para todas as épocas e para todos os rios, e aventou a possibilidade de se trabalhar em
268 processos de determinação ou termos de referência. O Sr. João Clímaco Soares (ONG) destacou
269 dois pontos fundamentais a serem observados. Primeiro o conceito de vazão ecológica e segundo a
270 competência de quem utilizaria esse conceito. O Sr. Valdeci Goulart (Concessionárias) destacou a
271 pouca clareza da proposta e referiu-se ao Edital 45 do CNPq apresentado na reunião anterior e
272 sugeriu aguardar a conclusão das pesquisas contratadas, analisarem os resultados e recomendações,
273 para depois definir a abordagem desse tema. O Sr. Luiz Fernando Cybis (Comitês) indagou sobre a
274 realização do seminário, a fim de se verificar o estado da arte desse assunto e se a idéia fora
275 descartada com a apresentação da proposta de resolução. Manifestou sua preocupação com a
276 distinção entre recursos hídricos e meio ambiente, que em sua opinião já estaria superada, com as
277 iniciativas de integração desses sistemas já consolidadas nas câmaras técnicas CTCOST e
278 CTPOAR. Ressaltou que se nos preocuparmos apenas com os recursos hídricos faltaria
279 conhecimento aos técnicos do meio ambiente e vice-versa. Citou o texto da proposta de resolução
280 *“solicitar ao órgão responsável pela análise do licenciamento ambiental do empreendimento a*
281 *manifestação sobre a vazão ecológica necessária”*, que considerou pobre, tendo em vista o trabalho
282 até agora realizado e o conhecimento acumulado na câmara técnica. Reforçou a idéia de realização
283 do seminário com uma visão integradora e participativa, a exemplo da proposta do Sr. Walter
284 Collischonn, com a participação dos Comitês para inclusão do assunto na elaboração do Plano de
285 Bacia, mesmo que seja necessário contratar consultores para reunir o conhecimento e elaborar um
286 documento de diretrizes gerais que subsidiem esse trabalho. A Sra. Andrea Figueiredo (MME) e o
287 Sr. João Clímaco Soares (ONG) apoiaram a realização do seminário e sugeriram a elaboração de
288 uma moção ao CNPq convidando para apresentar os resultados e, se possível, apoiar a realização do
289 evento. O Sr. Fred (MT) observou que o texto da proposta, em especial os considerandos, está
290 muito voltado para barragens e não considera outros problemas, como o alto consumo de alguns
291 projetos de irrigação (o Projeto Formoso na bacia do rio Araguaia, por exemplo). Sugeriu que a
292 proposta também contemplasse outros usos não consultivos da água, como a navegação e o lazer,
293 objetivando a obtenção de uma nova maneira de se enfrentar os conflitos pelo uso da água, tendo o
294 planejamento integrado e multiuso como tônica. Quanto à definição do conceito de vazão mínima,
295 remanescente ou ecológica, disse que há necessidade de ter uma visão holística, prospectiva, já nos
296 planos de bacia hidrográfica, e não como a praticada agora, nos estudos de reserva de
297 disponibilidade hídrica: um olhar essencialmente retrospectivo. O Sr. Roberto Monteiro
298 (SRH/MMA) ponderou que esta seria a primeira versão da proposta e que após um trabalho
299 articulado durante várias reuniões poderíamos convergir para a conclusão do trabalho com essa
300 visão integrada entre meio ambiente e recursos hídricos, sem que isso signifique um assumir as

301 competências e responsabilidades do outro. Concordou que o setor elétrico necessita de regras
302 claras em termos de planejamento de bacia de tudo que seria alocado, mas não necessariamente a
303 vazão ecológica. Disse que a vazão remanescente seria o volume disponível para o atendimento de
304 todos os usos, inclusive o do setor elétrico e cada estado definiu seu limite estabelecendo a vazão de
305 referência que estaria associada ao risco, que poderia implicar em racionamento. Explicou que
306 valores de vazão de referência altos significam baixos potenciais de desenvolvimento da área.
307 Seriam parâmetros a serem considerados no planejamento global e na elaboração dos planos.
308 Concordou que o foco não estaria claro, porque o nosso foco não seria a vazão ecológica, mas a
309 gestão e a linha de trabalho para uma vazão de referência que proporcionaria uma garantia mínima.
310 Enfatizou a mudança do foco para vazão remanescente exatamente para estabelecer essa garantia de
311 disponibilidade para os diversos usos, durante os doze meses do ano, que considerou uma vantagem
312 sobre a vazão ecológica, sem desconsiderar as pesquisas do CNPq e seus resultados, mas com o
313 objetivo de se trabalhar os instrumentos de gestão. A Sra. Martha Sugai (COPEL) disse que
314 compreendeu os esclarecimentos apresentados, mas para o planejamento do setor elétrico são
315 consideradas diversas vazões a jusante, mas seria necessário algo com mais clareza e segurança na
316 proposta de resolução, porque as variações de vazões poderiam significar perdas do benefício
317 energético. Disse que a leitura do texto proposto deixaria o entendimento que a vazão ecológica
318 seria estabelecida somente a jusante das barragens e não em todos os pontos do rio. Questionou a
319 discussão desse assunto apenas na CTAP sem a participação da CTPOAR, uma vez que em
320 diversos momentos aborda a integração de procedimentos. A Sra. Andrea Figueiredo (MME)
321 corroborou integralmente a manifestação da Sra. Martha Sugai (COPEL) e externou sua
322 dificuldade de entendimento porque esse assunto ainda não estaria sendo tratado de forma
323 integrada. Perguntou em que momento haveria essa integração das informações hidrológicas com as
324 informações de procedimentos de outorga. Assegurou que tecnicamente falando os hidrólogos já
325 calculariam essa vazão remanescente, mas sob o ponto de vista da hidrologia que remete para o
326 ecossistema aquático isso não seria possível, motivo pelo qual o CT-Hidro abriu linha de
327 financiamento para pesquisas nesse sentido e nós não poderíamos antecipar esse resultado. Apoiou
328 a realização do seminário com o objetivo de integração das informações não só hidrológicas, mas
329 também limnológicas e outras. Ofereceu o espaço para participação no Congresso de
330 Limnologia a ser realizado neste ano de 2007. O Sr. Marco Aurélio Holanda (OTEP) retomou a
331 palavra para esclarecer seu posicionamento contrário, não à proposta de definição da vazão
332 ecológica, mas sim na forma apresentada pela resolução que remete essa definição aos órgãos
333 gestores, ressaltando, como seria do conhecimento de todos, que atualmente esses órgãos têm
334 definido essa vazão sem nenhum embasamento técnico-científico. Sugeriu a exigência de estudos
335 detalhados para essa definição. O Sr. Eduardo Madeira (MME) também indagou porque esse tema
336 estaria na CTAP. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) concordou que o sombreamento com
337 as atividades da CTPOAR seria óbvio e fatalmente em algum momento haveria a integração entre
338 as duas câmaras técnicas. Disse que a discussão iniciou na CTAP porque além da maior
339 disponibilidade de pauta, também seria notória a relação direta da definição de vazão ecológica com
340 a elaboração e análise de projetos. Citou diversos fatores como retirada de água, vocação da bacia,
341 além dos procedimentos legais e institucionais, que entrariam nos cálculos de engenharia dos
342 projetos. Por outro lado, julgou que seria o momento de encarar o assunto para evitar distorções
343 futuras, em vez de esperar os resultados do CT-Hidro que poderiam demorar até dois anos. Quanto
344 ao seminário, justificou sua não realização porque dois pontos essenciais ainda não foram
345 atendidos: a elaboração do documento básico a ser apresentado e a definição do produto pretendido.
346 A Sra. Martha Sugai (COPEL) sugeriu a colocação desse tema no evento da ABRH, a ser realizado
347 em novembro e o Sr. Valdeci Goulart (Concessionárias) sugeriu a inclusão no encontro da
348 ABRAGE, previsto para junho. O Sr. Rogério Cesar (MP/GO) relatou as dificuldades existentes em
349 caso de conflitos recentes, os valores dos empreendimentos, a realidade nacional e os rios que não
350 suportariam os impactos dos empreendimentos, além do conceito de vazão, limitante para a

351 discussão do assunto. Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) concordou com as sugestões, desde
352 que sejam definidos os pontos acima mencionados. Propôs a elaboração de um elenco de perguntas
353 sobre o tema para trabalhar o resultado. Sugeriu o encaminhamento do assunto com as seguintes
354 conclusões e ações: a proposta de resolução, na forma apresentada, não atendeu aos interesses dos
355 membros da CTAP e não serviria de base para a discussão no seminário; há necessidade de redigir o
356 documento básico, os Srs. Roberto Monteiro (SRH/MMA) e Joaquim Gondim (ANA) e as Sras.
357 Martha Sugai (COPEL) e Andrea Figueiredo (MME) ficariam responsáveis, com prazo para
358 conclusão até a 58ª reunião da CTAP, prevista para o mês de abril; verificação, com vista ao
359 aproveitamento, da terminologia adotada pela ANA; transferir para o documento básico os
360 consensos obtidos nas apresentações e debates realizados na CTAP. **Item 7 – Encerramento.** Nada
361 mais havendo a tratar o Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) agradeceu a participação de todos e encerrou
362 a 56ª reunião da CTAP às 18h25.

363 RESUMO DA REUNIÃO:

- 364 – Apresentação dos novos membros para o período 01/02/2007 a 31/01/2009
- 365 – Eleição do Presidente para o período 01/02/2007 a 31/01/2008 – O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
366 (SRH/MMA) foi reconduzido por aclamação;
- 367 – Aprovação da Ata da 55ª reunião com alterações;
- 368 – Convidar representantes da Bacia do Rio dos Sinos para apresentar a situação e providências
369 tomadas;
- 370 – Elaborar o documento básico sobre vazão ecológica para a 58ª reunião prevista para o mês de
371 abril.

372 ATA APROVADA NA 58ª REUNIÃO, EM 12 DE JUNHO DE 2007

373 Julio Thadeu Silva Kettelhut

374 Presidente da CTAP

375 Aureliano Cesar Martins Silva

376 Relator